

Estudantes surdos no ensino técnico e superior: uma análise da produção bibliográfica no Brasil entre 2015 e 2019

RESUMO

Rita de Cássia Cunha Ferreira
ferreirarcc@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-8482-395X>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo,
Araraquara, São Paulo, Brasil.

Esta pesquisa apresenta os resultados de um levantamento quantitativo descritivo da produção bibliográfica dos últimos cinco anos (2015-2019) sobre o acesso e permanência de estudantes surdos no nível técnico e ensino superior no Brasil. A coleta foi realizada na plataforma *Google Scholar* e resultou em um conjunto de 24 trabalhos entre teses, dissertações, artigos científicos e glossários técnicos. O material foi organizado em tabelas com informações referentes ao ano de produção, autor, modalidade, tipologia e área de concentração. Foram identificadas quatro categorias de pesquisas: 1) os que tratam de aspecto legais que favorecem a acessibilidade de estudantes surdos ao ensino superior e profissionalizante; 2) estudos de caso, que se estruturam, na maioria das vezes, por entrevistas e que visam identificar as narrativas e demandas dos próprios alunos surdos em suas trajetórias escolares; 3) trabalhos que ampliam a concepção de inclusão para além da sala de aula, como adequação ao ensino à distância e sistemas informacionais, assim como a elaboração de glossários técnicos; e 4) reflexões sobre os limites da prática do intérprete de Libras e da atuação docente como avaliação e estratégias de ensino. Os resultados mostraram que houve um expressivo crescimento de trabalhos sobre o tema nos últimos cinco anos; no entanto, a produção acadêmica ainda é restrita, e sua discussão é de extrema relevância.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de surdos. Ensino técnico. Ensino superior. Inclusão escolar.

INTRODUÇÃO

Embora a perspectiva da educação inclusiva tenha, desde a década de 1990, alcançado significativos avanços no processo de inclusão de pessoas com deficiência no sistema regular de ensino ao garantir legalmente que as condições de acesso, permanência e formação de qualidade fossem feitas de forma igualitária, respeitando os princípios dos direitos humanos e da diversidade, sua implantação e efetividade tem sido um dos grandes desafios da educação nas últimas décadas.

A Constituição Federal de 1988, em seu capítulo III, artigo 205, define que “a educação é um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1988, p. 123). Estabelece ainda, como um dos princípios para o ensino, a igualdade de condições de acesso e permanência na escola ao garantir como dever do Estado, a oferta de atendimento especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, e a continuidade nos níveis mais elevados segundo a capacidade de cada um (BRASIL, 1988, p. 124).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº 9.394/1996), no seu artigo 2º, garante que a educação é dever da família e do Estado. Inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, “tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996, p. 1). Tanto a Constituição Federal (1988) como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) são marcos históricos e normativos que efetivam uma política pública de acesso universal à educação e refletem conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão.

Sob esse aspecto, é importante destacar a tese de Streiechen (2018) e o artigo de Martins e Napolitano (2017), que diferenciam os conceitos de *ampliação do acesso* e *condições de acessibilidade* para os jovens surdos. A partir de um estudo de caso, a tese de Streiechen (2018) acompanhou o percurso escolar do 1º ao 9º ano do ensino fundamental de um aluno ouvinte, bilíngue, com altas habilidades/ superdotação (AH/S) e filho de mãe surda. A pesquisa conclui que, apesar do acesso, não foram garantidas as condições de acessibilidade e o processo de ensino e aprendizagem não foi efetivo. O artigo de Martins e Napolitano (2017, p. 115) apontou que, apesar da ampliação do acesso por meio de políticas afirmativas e aumento de matrículas de alunos surdos no ensino superior no Brasil, é imprescindível que sejam assegurados também meios de permanência sustentáveis, o que impacta diretamente na efetivação do processo de inclusão.

São da década de 1990 documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) que passaram a influenciar a formulação de políticas públicas educacionais que visam promover transformações nos sistemas de ensino para assegurar o acesso e a permanência de todos na escola. A Declaração Mundial sobre Educação Superior para o século XXI (UNESCO, 1998) reforçou a importância social das instituições de ensino

superior e a necessidade de reformulações curriculares e pedagógicas para garantir a inclusão. De acordo com o artigo 3º da declaração:

Deve-se facilitar ativamente o acesso à educação superior dos membros de alguns grupos específicos, como os povos indígenas, os membros de minorias culturais e linguísticas, de grupos menos favorecidos, de povos que vivem em situação de dominação estrangeira e pessoas portadoras de deficiências, pois estes grupos podem possuir experiências e talentos, tanto individualmente como coletivamente, que são de grande valor para o desenvolvimento das sociedades e nações. Uma assistência material especial e soluções educacionais podem contribuir para superar os obstáculos com os quais estes grupos se defrontam, tanto para o acesso como para a continuidade dos estudos na educação superior. (UNESCO, 1998, artigo 3).

Em relação ao acesso e permanência das pessoas com deficiência no ensino superior, o Ministério da Educação (MEC) emitiu uma série de documentos norteadores, como o Aviso Circular nº 277/96 e a Portaria MEC nº 1.679/99, que visavam a flexibilização dos serviços prestados, considerando as condições de acessibilidade física e capacitação dos recursos humanos de modo a proporcionar a permanência com qualidade desses alunos no ensino superior. O Plano Nacional de Educação (PNE), lei nº 10.172/2001, recomendou diretrizes curriculares que assegurassem a flexibilidade e diversidade nos programas de estudos oferecidos pelas diferentes instituições de educação superior.

É sob esse contexto de políticas e ações afirmativas para a inclusão decorrentes da década de 1990 que se oficializou no Brasil, por meio da lei nº 10.436/2002, o reconhecimento político das diferenças linguísticas e culturais dos surdos ao afirmar a Língua Brasileira de Sinais – Libras como língua oficial da comunidade surda no País. Além disso, a promulgação da lei nº 12.319/2010 regulamentou a profissão do tradutor e intérprete de Libras para realizar interpretação das duas línguas de maneira simultânea ou consecutiva, e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa com o intuito de assegurar o acesso linguístico do surdo à educação.

Na primeira década do século XXI, foram publicadas pesquisas relevantes sobre a temática educação de surdos no ensino superior, como: a dissertação de mestrado de Silva (2001), na qual foram analisados os limites e possibilidades da educação profissional para surdos em uma instituição federal em Santa Catarina e a dissertação de mestrado de Daroque (2011), que analisou os depoimentos de alunos surdos e seus professores universitários sobre os percalços e expectativas em relação ao acesso e permanência no ensino superior.

De acordo com dados do Censo Demográfico (IBGE), em 2012, o Brasil possuía 5,7 milhões de pessoas surdas, o que equivalia a, aproximadamente, 2% da população e destes quase 406 mil estariam em idade escolar. Os números indicavam que 61% das pessoas com deficiência com mais de 15 anos de idade não tinham instrução ou possuíam somente o ensino fundamental. Outros 15% teriam somente o ensino fundamental ou ensino médio incompletos, 18% tinham ensino médio completo, e apenas 6,66% ensino superior.

O Censo da Educação Superior, promovido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2017, indicou que no

Brasil existiam 7.542 matrículas de alunos que se declaravam surdos ou com algum tipo de deficiência auditiva no ensino superior. Se comparado aos anos anteriores, conforme artigo de Martins e Napolitano (2017), verifica-se que o número aumentou significativamente, porém, ainda é baixa a presença desses alunos nessas instituições de ensino.

Nesse contexto, Pagnez e Sofiato (2014) realizaram um levantamento quantitativo descritivo a partir do Banco de Teses da CAPES referente ao estado da arte das pesquisas acerca da educação de surdos no Brasil, entre os anos de 2007 e 2011. As autoras apontaram que, de um total de 349 produções entre doutorados e mestrados acadêmicos e profissionais, apenas 8 trabalhos abordaram a educação superior de surdos. A grande maioria das publicações era relacionada à escolarização dos surdos, o que demonstra que ainda são escassas as investigações a respeito das vivências desse grupo no ensino técnico profissionalizante e superior. Diante desse contexto, a presente pesquisa propõe complementar parte desse estudo com dados mais recentes.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O percurso metodológico visou um levantamento quantitativo descritivo das produções bibliográficas com a temática “surdos no ensino superior” e “surdos e educação profissionalizante/ técnica”, realizadas no Brasil no período de 2015 a 2019. A seleção do material foi realizada na plataforma *Google Scholar* a partir de buscas com os descritores mencionados, pois esta é entendida como uma base de dados ampla e confiável na qual podemos ter acesso às produções mais relevantes sobre o tema nos últimos anos.

Inicialmente, buscou-se na base de dados *Google Scholar* trabalhos que continham as palavras-chave “educação de surdos no ensino superior”, e “surdos e educação profissionalizante”. Diante do número de trabalhos encontrados, cerca de 30.000, os quais nem sempre tinham ligação direta com o ensino superior ou curso técnico, refinamos a pesquisa para trabalhos que continham no título a expressão exata “surdos e ensino superior” e “surdos e ensino técnico” limitando o período entre 2015 e 2019.

O acesso à plataforma e coleta de dados ocorreu nos meses de agosto e setembro de 2019. Os trabalhos foram selecionados inicialmente pelo título e resumo e depois elencados em uma tabela com informações referentes ao ano de produção, autor, modalidade de produção (artigo científico, mestrado ou doutorado), tipologia (estudo de caso, etnográfico, quantitativo, qualitativo) e área de concentração.

De acordo com Gatti (2004, p. 14), os métodos quantitativos abrangem “um conjunto de procedimentos, técnicas e algoritmos destinados a auxiliar o pesquisador a extrair de seus dados subsídios para responder à(s) pergunta(s) que o mesmo estabeleceu como objetivo(s) de seu trabalho”, ou seja, eles “oferecem indícios sobre as questões tratadas, não verdades; que fazem aflorar semelhanças, proximidades ou plausibilidades, não certezas”. Para Gatti (2004):

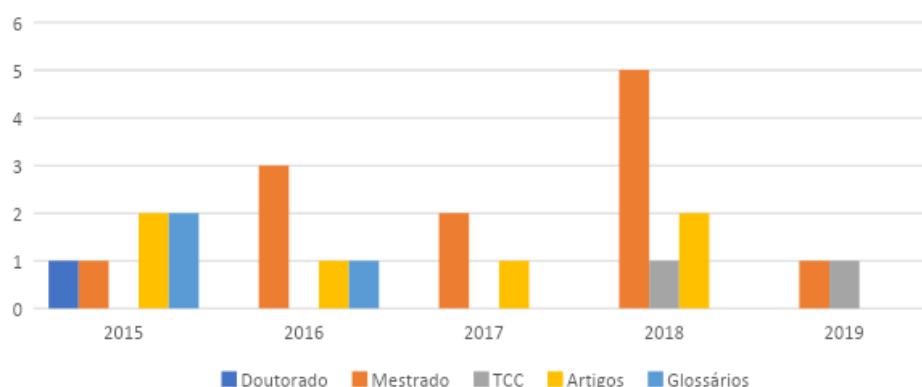
Os métodos de análise de dados que se traduzem por números podem ser muito úteis na compreensão de diversos problemas educacionais. Mais ainda, a combinação deste tipo de dados com dados oriundos de metodologias qualitativas, podem vir a enriquecer a compreensão de eventos, fatos e processos. As duas abordagens demandam, no entanto, o esforço de reflexão do pesquisador para dar sentido ao material levantado e analisado (GATTI, 2004, p. 13).

As perguntas que o presente trabalho pretende responder estão relacionadas à identificação das variáveis que influenciam e delimitam a formação profissional dos jovens surdos apontadas em pesquisas recentes. Na coleta de dados também se levou em consideração dados estatísticos sobre a escolarização de pessoas surdas no país por meio do censo 2010 (IBGE, 2012) e o número de matrículas desses estudantes no ensino superior de acordo com dados do censo da educação superior promovido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2018).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao todo foram selecionados 24 trabalhos cujos títulos tratavam diretamente da educação de surdos no ensino superior ou no ensino técnico, no Brasil, no período de 2015 a 2019. Dentro deste conjunto de textos, identificamos: 1 tese de doutorado defendida no ano de 2015; 12 dissertações de mestrado, dentre as quais 5 foram defendidas em 2018; 6 artigos científicos distribuídos ao longo dos anos; 2 Trabalhos de Conclusão de Curso/Monografia apresentados nos anos de 2018 e 2019, e um deles publicado em vídeo por meio da Libras e 3 glossários Libras/ Português para o ensino profissionalizante. A partir dos dados, elaboramos um gráfico com o quantitativo de produções por ano:

Gráfico 1 - Modalidades de produção por ano (2015-2019)



Fonte: Elaborado pela autora.

Destes primeiros resultados, podemos inferir que a produção acadêmica referente à escolarização superior e profissionalização de estudantes surdos nos últimos cinco anos teve um expressivo crescimento na quantidade de pesquisas de mestrado já que foram encontradas 12 dissertações no total e apenas uma tese de doutorado no mesmo período, número significativamente inferior. Tais

pesquisas em nível de pós-graduação foram produzidas em Universidades reconhecidas no país, conforme apresentado na tabela abaixo:

Tabela 1 - Universidades produtoras dos trabalhos

Universidade	2015	2016	2017	2018	2019
Instituto Federal do Amazonas (IFAM)					1 (M)
Universidade de Brasília (UNB)			1 (M)		
Univ. Estadual de Feira de Santana (UEFS)				1 (M)	
Univ. Estadual Paulista (UNESP)		2 (M)			
Univ. Federal do Espírito Santo (UFES)	1 (M)				
Univ. Federal de Minas Gerais (UFMG)	1 (D)				
Univ. Federal Rural do RJ (UFRRJ)		1 (M)			
Univ. Federal de Santa Maria (UFSM-RS)				2 (M)	
Univ. Federal de Uberlândia (UFU)				1 (M)	
Univ. Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)				1 (M)	
Univ. Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)			1 (M)		

Nota: Mestrado (M) e Doutorado (D).

Fonte: Elaborado pela autora.

No período de 2015 a 2019, as produções relacionadas a Mestrado e Doutorado foram realizadas em 11 universidades. A grande maioria desses trabalhos foram defendidos em 2018, com destaque para a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS) e Universidade Estadual Paulista (UNESP), com dois trabalhos de mestrado cada. As demais apresentam apenas um trabalho defendido no período analisado. No entanto, identificamos uma distribuição geográfica ampla dessas produções: 5 universidades localizadas na região sudeste, 1 no centro oeste, 1 no nordeste, 1 no norte e 3 na região sul do país.

Sobre a área de concentração das 13 produções de mestrado e doutorado foram identificadas 7 áreas, conforme tabela 2:

Tabela 2 - Áreas de concentração

Instituição	Nível	Área de Concentração	Quantidade	Tipologia	Autor/ ano
UFMG	D	Linguística Aplicada	01	Produto educacional	SOUZA (2015)
UFU	M	Linguística Aplicada	01	Estudo de caso	LEITE (2018)
UNB	M	Estudos da Tradução	01	Glossário Técnico	RODRIGUES CARDOSO (2017)
UNESP	M	Psicologia do Desenvolvimento	01	Estudo de caso	MOURA, A. F. (2016)
UFES UNISINOS UEFS UNESP	M	Educação	04	(2) Estudos de caso (1) Estudo etnográfico (1) Relato de experiência	COSTA JR (2015) KREBS, J. R. (2017) RODRIGUES, I. (2018) ALVES, R. (2016)
UFSM UFSM	M	Educação Especial	02	Estudos de caso	ALMEIDA, L. (2018) LIMA, J. C. (2018)
UFRRJ	M	Educação Agrícola	01	Estudo de caso	BARROS, M. (2016)
IFAM UTFPR	M	Ciência e Tecnologia	02	Estudo de caso	FREITAS, C. (2019) URBAN, J. R. (2018)

Fonte: Elaborado pela autora.

As áreas de Educação e Educação Especial concentraram o maior número de trabalhos, totalizando 6 deles, seguido da Linguística Aplicada com 2 trabalhos e estudos de tradução e Psicologia do Desenvolvimento. Destacam-se também as áreas de Educação Agrícola e Ciência e Tecnologia que, a princípio, não são consideradas áreas de pesquisa voltadas para a temática educação de surdos no ensino técnico e superior. Desta análise, também identificamos que os estudos de caso predominaram na maior parte das pesquisas.

Sobre os artigos científicos, encontramos 6 ao todo com uma média entre uma e duas publicações anuais. Sobre a origem institucional dos autores, identificamos 1 na Universidade Federal de Itajubá (MG); 1 na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); 1 na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); 1 na Universidade de Pernambuco; 1 trabalho de autores vinculados à Universidade Estadual Paulista (UNESP – Campus Marília e Bauru) e Universidade Federal de Sergipe (UFS).

No que se refere aos conteúdos abordados nas pesquisas, identificamos e subdividimos em 4 eixos temáticos: 1) Trabalhos que abordam os aspectos legais e judiciais que favorecem a acessibilidade de alunos surdos ao Ensino Superior e profissionalizante; 2) Trabalhos que são estudos de caso ou etnográficos, que se estruturam, na grande maioria dos casos, por entrevistas e visam identificar as

narrativas e demandas dos próprios alunos surdos em suas trajetórias escolares; 3) Trabalhos que ampliam essa concepção de inclusão para domínios além da sala de aula, como adequação de ensino à distância e sistemas informacionais, assim como a elaboração de glossários técnicos e 4) Reflexões sobre os limites da prática do intérprete de Libras e da atuação docente como avaliação e estratégias de ensino.

Pertencente ao primeiro eixo temático, destacam-se os seguintes artigos: o de Martins e Napolitano (2017), que aponta sobre os direitos dos estudantes surdos ao ensino superior e a importância da formação bilíngue como forma de garantir a igualdade de oportunidades. E sob o mesmo viés, o artigo de Nunes (2015) também discorre sobre a importância do bilinguismo para além do espaço escolar e se estende, por exemplo, para a área da saúde e espaços de convivência social.

No eixo 2, a pesquisa de mestrado de Costa Júnior (2015), que realizou um estudo de caso por meio do acompanhamento de uma turma do curso de Pedagogia no 2º semestre de 2014, na Universidade Federal do Espírito Santo, reforça a importância dos conceitos de figuração e rede de interdependência, elaborados por Norbert Elias, e estimula atitudes de cooperação entre os estudantes.

Sobre as narrativas e trajetórias escolares de estudantes surdos, a pesquisa de mestrado de Moura (2016), na área de psicologia da aprendizagem, analisou as expectativas relacionadas às condições de acesso e permanência de estudantes surdos no ensino superior a partir de relatos e apontamentos de sete alunos surdos matriculados no ensino médio da rede estadual do município de Bauru/ SP. De forma similar, o artigo de Mesquita (2018) foi baseado na aplicação de um questionário com pessoas surdas concluintes do Ensino Médio de uma escola da rede pública em Pernambuco. Dentre as barreiras de acesso ao ensino superior, a autora identifica a falta de reconhecimento da Libras como primeira língua e a dificuldade de apropriação da Língua Portuguesa por parte dos surdos, apontando a educação bilíngue como alternativa para o avanço desse quadro. Os autores também revelam que, apesar da expansão do acesso ao ensino superior, ainda são raras as oportunidades oferecidas que atendam às necessidades linguísticas dos surdos, bem como alertam sobre a urgência de se pensar o processo seletivo e as condições para garantia do ingresso e permanência desses alunos.

Sob uma perspectiva semelhante, Almeida (2018) analisou em sua dissertação de mestrado as experiências escolares dos acadêmicos surdos desde a educação básica. A partir de uma perspectiva pós-estruturalista em educação, a autora realizou entrevistas com sujeitos surdos que frequentaram, eram egressos ou desistiram de frequentar o ensino superior. As narrativas revelaram que algumas experiências escolares deixaram marcas significativas e dentre as principais dificuldades encontradas pelos alunos estão o processo de oralização e o não reconhecimento da sua condição linguística. Também chamou a atenção um relato na pesquisa que identificava a tutela e o assistencialismo corrente no processo de escolarização na educação básica e que essa “proteção” não era vislumbrada no ensino superior. Ainda, a dissertação de Alves (2016), defendida

na UNESP, campus de Araraquara, é um relato de experiência sobre o percurso do autor/surdo e as aprendizagens construídas em sua vida escolar e profissional.

O artigo de Andrade (2015) revelou, mediante entrevistas com 16 alunos surdos, quais os caminhos e escolhas desses estudantes para formação superior e atuação profissional. A autora identificou que entre esses alunos predomina a formação acadêmica nas áreas de linguística e letras ou de ciências humanas e a atuação profissional é geralmente de professor ou instrutor de Libras. Em seu trabalho, a autora propõe uma discussão sobre o projeto de vida desses alunos e uma melhor análise da atuação efetiva deles no mercado de trabalho.

Quanto ao eixo 3, encontramos o trabalho de Henklein (2019), que se trata de um Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no curso de licenciatura Letra/Libras, e foi a única pesquisa no formato de vídeo em Libras. Nele, o autor analisou, a partir de pesquisa bibliográfica e questionários bilíngues, as demandas de acessibilidade em Libras no sistema de bibliotecas da Universidade Federal do Paraná. Foram identificadas falhas na oferta de condições de acessibilidade e oferecimento de um acesso prioritário aos surdos. O autor apontou a necessidade de formação básica aos servidores no atendimento desse público, assim como identificou a ausência de tradução em Libras no site da instituição e poucos materiais visuais. Ainda nesse eixo temático, a tese de doutorado de Souza (2015), vinculada ao programa de Linguística Aplicada da UFMG, resultou em um produto educacional visando a exploração de recursos EaD e o acesso à informação. A autora produziu recomendações com foco no público surdo com o objetivo de propor melhorias e contribuições no esforço de integração e permanência desses alunos no ensino superior.

A dissertação de Rodrigues Cardoso (2017), vinculada ao programa de Pós- Graduação em Estudos da Tradução da UNB, desenvolveu um glossário bilíngue Libras/ Português na área de nutrição de modo a padronizar termos e contribuir e atender às necessidades dos usuários da Libras. O trabalho se mostra uma ferramenta útil e promissora visto que apresenta uma proposta prática de formação de vocabulário e reconhecimento de sinais na área de nutrição.

No que tange ao eixo temático 4, a dissertação de mestrado de Rodrigues (2018) analisou, sob o contexto da educação profissional, como o espaço escolar contribui e considera as diferentes culturas existentes e a importância da função do intérprete. Para a autora, é preciso que haja mais atenção e sensibilização dos profissionais ouvintes, ampliação das experiências visuais e socialização da Libras nas escolas, para não ficar restrito somente ao intérprete, e mais esclarecimentos sobre as responsabilidades e limites de sua atuação.

Em seu Trabalho de Conclusão de Curso na graduação Letras/Libras na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Coimbra (2018) aplicou um questionário a intérpretes, docentes e alunos surdos e ouvintes da Universidade Federal do Maranhão em busca das diferentes percepções sobre a atuação do tradutor intérprete de Libras no ensino superior. Concluiu-se que esse profissional é considerado essencial para o processo de inclusão, embora, diante dos conflitos sobre as responsabilidades, não possa ser considerado o único responsável pelo

sucesso ou fracasso do aluno. Sobre os limites da sua prática, a pesquisa mostrou a ausência de vocabulário técnico específico e termos ocupacionais.

Quanto à atuação docente, encontramos a dissertação de Leite (2018), defendida na Universidade Federal de Uberlândia, na área de estudos em Linguística Aplicada, sobre os mecanismos de avaliação de aprendizagem dos alunos surdos no ensino superior. A autora buscou avaliar como se constituíam os processos avaliativos de uma aluna surda no curso de graduação em Letras, entre os anos de 2012 e 2017. A partir deste estudo de caso, a autora apresentou uma proposta mais adequada às necessidades linguísticas da aluna por meio de provas orais e avaliação de perspectiva formativa.

Do mesmo modo, Gomes (2018) desenvolveu uma reflexão em forma de artigo sobre a atuação dos docentes no âmbito da Universidade Federal de Sergipe e concluiu que a universidade não atende, na totalidade, às peculiaridades do ensino-aprendizagem dos alunos surdos. É necessário repensar as estratégias e proporcionar a criação de contextos que favoreçam processos inclusivos, fortaleçam a formação inicial e continuada dos profissionais que convivem com esses alunos e investimentos que garantam os recursos, suportes e serviços especializados.

Lima (2018) expôs em sua dissertação, defendida na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, as estratégias de ensino para estudantes surdos no ensino superior. A partir de uma abordagem qualitativa com entrevistas e questionários, a autora avaliou como as estratégias de ensino contribuíram para a aprendizagem desses alunos e concluiu que são necessárias mudanças na maneira de ensinar e que faltam ações para além da sala de aula que abarquem mudanças atitudinais, de relação e de comunicação entre ouvintes e surdos.

A dissertação de Urban (2018) faz uma análise sobre a metodologia SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) de educação profissional tendo como foco as estratégias de ensino aprendizagem da comunidade surda. A pesquisa contou com 16 participantes entre alunos, professores, pedagogos e intérpretes vinculados às unidades SENAI de Ponta Grossa e Londrina, no Paraná. Os alunos revelaram dificuldades em relação ao aprendizado de conteúdos teóricos e explicações rápidas, e afirmaram não se identificar com slides com muito texto e pouca imagem. Os professores indicaram dificuldades em relação à interpretação das aulas teóricas, do mesmo modo em relação à ausência de termos técnicos na área de atuação. Desta maneira, a autora, dada a necessidade de planejamento dos recursos didáticos e metodológicos diferenciados, elaborou um produto educacional com potencial de estímulos voltados ao processo de ensino aprendizagem dos surdos, pautado principalmente no uso de imagens e utilização de dinâmicas e jogos para reforçar a compreensão.

Sob essa perspectiva, o SENAI apresenta uma série de publicações que favorecem o ensino-aprendizagem dos alunos com necessidades específicas como, por exemplo, a publicação de 2015 intitulada “Método de adequação de cursos para inclusão de pessoas com deficiência”. Esta iniciativa é de extrema relevância e tem como objetivo orientar as equipes pedagógicas para adequação metodológica às características e necessidade desses alunos. São desenvolvidas

ações e estratégias que abrangem o âmbito do currículo, da avaliação e da certificação com a finalidade de fortalecer o processo de inclusão e promover oportunidades reais de qualificação para o trabalho.

Embora não contemple o recorte temporal deste trabalho, vale destacar outras publicações do SENAI que trazem contribuições significativas para formação profissional de estudantes surdos, como SENAI (2009) que apresenta um Glossário de termos técnicos, equipamentos e ferramentas utilizadas no curso técnico de eletricidade; Pereira Filho (2011), com um Glossário de termos técnicos em Libras para o curso de eletroeletrônica; e Machado (2012), que elaborou um Glossário técnico na Língua Brasileira de Sinais utilizado no curso de eletromecânica.

Dentre os materiais publicados pelo SENAI destacam-se: em 2015, o Glossário técnico na Língua Brasileira de Sinais – Libras para o curso de eletricitista instalador residencial e, em (2016), o Glossário de termos técnicos em Libras para o curso técnico em Informática. Essas publicações são de extrema importância tanto para acadêmicos e profissionais surdos como para os professores e intérpretes de Libras terem acesso a conteúdos e terminologias de áreas técnicas específicas.

Dos trabalhos encontrados sobre educação de surdos e ensino profissionalizante, 4 estavam correlacionados à metodologia SENAI e outros 3 eram vinculados aos Institutos Federais em todos países, como a dissertação de mestrado de Barros (2016) sobre as condições de acessibilidade de surdos no Instituto Federal do Amazonas (IFAM), na qual, a partir de um estudo de caso, o autor analisou a percepção de professores e alunos surdos sobre acessibilidade arquitetônica, pedagógica, atitudinal e comunicacional.

Krebs (2017) defendeu um mestrado profissional em educação e analisou o protagonismo da gestão educacional na efetivação da inclusão de estudantes surdos no Instituto Federal do Rio Grande do Sul e Instituto Federal de Santa Catarina a partir de entrevistas com estudantes surdos, intérpretes, professores e gestores.

Sobre a evasão de estudantes com deficiência no Instituto Federal de Minas Gerais, Silva (2016) publicou um artigo que mostra os fatores associados à evasão e os que contribuíram para a permanência e êxito desses alunos. Foi aplicado um questionário aos alunos com deficiência evadidos entre os anos de 2006 a 2010 e as principais dificuldades apontadas foram a conciliação entre estudo e trabalho, falta de acessibilidade e ausência de atendimento educacional especializado.

Quanto aos Institutos Federais, é importante ressaltar que, nos diferentes estados, existe a tentativa de se institucionalizar uma política de acessibilidade a partir da constituição dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais específicas (NAPNE), cujo objetivo é a sensibilização da comunidade em relação às ações inclusivas e acompanhamento desses alunos. Essa política é, entretanto, ainda incipiente, porque depende de recursos tecnológicos, financeiros e humanos.

Portanto, dentre as principais dificuldades encontradas pelos alunos, de acordo com o material pesquisado, estão o processo de oralização e não reconhecimento da sua condição linguística. O desafio das instituições de ensino está no fortalecimento da cultura bilíngue, não apenas no ambiente da sala de aula, mas também em diversos espaços de convivência social como forma de garantir a igualdade de oportunidades.

Os autores ressaltam a importância de formação e treinamento dos profissionais que atuam na escola diretamente com esse público e a flexibilização dos serviços prestados como adaptação dos recursos tecnológicos de acessibilidade para além da sala de aula, sistema de acesso à biblioteca e reformulação de plataformas de ensino à distância com metodologias apropriadas. Desta maneira, entende-se que o aluno tenha condições de se desenvolver plenamente por meio da socialização e da oferta de oportunidade reais de qualificação para o mercado de trabalho.

Em relação à atuação docente, os autores alertam para a necessidade de reformulações curriculares e pedagógicas a fim de obter melhorias no esforço de integração desses alunos. Ademais, é fundamental repensar as estratégias de ensino com a criação de contextos que favoreçam processos inclusivos e ressignifiquem as formas e métodos de avaliação de aprendizagem. Tais estratégias e contextos devem ser pautados principalmente pela ampliação das experiências visuais, provas orais, avaliação formativa e utilização de dinâmicas e jogos para reforçar a compreensão. Nesse viés, identificamos que o SENAI desenvolve um esforço de proporcionar situações concretas de aprendizagens por meio da criação de um vocabulário técnico para diferentes áreas do ensino profissionalizante oferecido pela instituição.

A importância do papel do intérprete de Libras é considerada essencial por todos os autores, embora sua atuação não possa ser vista como o único fator responsável pelo sucesso ou fracasso desses alunos, pois é necessária uma discussão mais ampla sobre os limites do seu trabalho, aquisição de um vocabulário técnico mediante produções didáticas com metodologias adequadas de ensino para esse público e a garantia de recursos, suportes e serviços especializados.

Quanto à inserção no mercado de trabalho, identificou-se a necessidade de registros sobre o quantitativo de egressos e suas trajetórias profissionais. As pesquisas destacam a predominância de formação acadêmica de alunos surdos principalmente nas áreas de linguística e letras, ciências humanas e a atuação profissional geralmente de professor ou instrutor de Libras. Os autores ressaltam a importância de uma discussão sobre o projeto de vida desses alunos de forma a mapear seus interesses e aptidões, e uma melhor análise da atuação efetiva deles no mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou, por meio de um levantamento quantitativo, mapear as discussões mais recentes sobre a profissionalização de estudantes surdos no nível técnico e superior. A legislação vigente reforça o papel e a importância das instituições de ensino na conquista da emancipação dos surdos em relação à vida profissional e exercício da cidadania. No entanto, apesar dos significativos avanços dos últimos anos no tocante ao ingresso no ensino superior, todas as pesquisas apontam fragilidades no processo de inclusão e promoção de condições mais equitativas de oportunidades para que esses alunos de fato obtenham êxito.

O primeiro desafio, portanto, é uma reflexão das instituições de ensino sobre suas responsabilidades e seu papel social, tanto no que se refere à qualidade da formação oferecida, quanto ao avanço do conhecimento e transformação da realidade. O reconhecimento político dos direitos requer mudanças concretas nas práticas sociais que proporcionem condições de aprendizagem e construção de um conhecimento necessário não só para o mercado de trabalho, mas também que contribuam para sua socialização e autonomia diante da vida em suas diferentes situações.

Este processo requer das instituições de ensino soluções diferenciadas e inovadoras que fortaleçam a identidade surda, considerando sua diversidade linguística e cultural, e passa também pela definição de objetivos claros e planos concretos que se respaldem por metodologias e estratégias que correspondam às reais necessidades desse público. Isso inclui investimentos em qualificação e serviços de suporte, consideração pelas trajetórias escolares pregressas e desenvolvimento de pesquisas sobre percepções de estudantes surdos e ouvintes, professores e técnicos administrativos para promover a sensibilização e inclusão. O impasse é favorecer a inclusão desses alunos em um contexto de diversidade e acolhimento de modo que as potencialidades e o protagonismo se manifestem.

Deaf students in technical and higher education: an analysis of bibliographic production in Brazil between 2015 and 2019

ABSTRACT

This research presents the results of a quantitative descriptive survey of the bibliographic production of the last five years (2015-2019) on the access and permanence of deaf students at technical level and higher education in Brazil. The collection was carried out on the Google Scholar platform and resulted in a set of 24 works among theses, dissertations, scientific articles and technical glossaries. The material was organized into tables with information regarding the year of production, author, modality, typology, and area of concentration. Four categories of research were identified: 1) those dealing with legal aspects that favor the accessibility of deaf students to higher and professional education; 2) case studies, which are structured, in most cases, through interviews and aim to identify the narratives and demands of the deaf students themselves in their school paths; 3) works that expand the concept of inclusion beyond the classroom, such as adaptation to distance learning and information systems, as well as the elaboration of technical glossaries; and 4) reflections on the limits of the Libras (Brazilian Sign Language) interpreter practice and teaching performance in evaluation and teaching strategies, for instance. The results showed that there has been an expressive growth of works on the theme in the last five years; however, academic production is still restricted, and its discussion is extremely relevant.

KEYWORDS: Deaf education. Technical education. Higher education. Inclusive education.

Estudiantes sordos en educación técnica y superior: un análisis de la producción bibliográfica en Brasil entre 2015 y 2019

RESUMEN

Esta investigación presenta los resultados de una encuesta descriptiva cuantitativa de la producción bibliográfica de los últimos cinco años (2015-2019) sobre el acceso y la permanencia de estudiantes sordos a nivel técnico y educación superior en Brasil. La colección se realizó en la plataforma Google Scholar y resultó en un conjunto de 24 trabajos entre tesis, disertaciones, artículos científicos y glosarios técnicos. El material se organizó en tablas con información sobre el año de producción, autor, modalidad, tipología y área de concentración. Se identificaron cuatro categorías de investigación: 1) aquellas que tratan aspectos legales que favorecen la accesibilidad de los estudiantes sordos a la educación superior y profesional; 2) estudios de caso, que están estructurados, en la mayoría de los casos, por entrevistas y cuyo objetivo es identificar las narrativas y las demandas de los propios estudiantes sordos en sus trayectorias escolares; 3) trabajos que amplían el concepto de inclusión más allá del aula, como la adaptación al aprendizaje a distancia y los sistemas de información, así como la elaboración de glosarios técnicos; y 4) reflexiones sobre los límites de la práctica del intérprete de Libras (Lengua Brasileña de Señas) y del desempeño docente, como en evaluación y estrategias de enseñanza. Los resultados mostraron que se ha habido un crecimiento expresivo de los trabajos sobre el tema en los últimos cinco años; sin embargo, la producción académica aún está restringida y su discusión es extremadamente relevante.

PALABRAS CLAVE: Educación para sordos. Educación técnica. Enseñanza superior. Inclusión educativa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. C. **Trajetórias escolares de estudantes surdos e seus efeitos nos processos inclusivos no ensino superior**. 2018. 93 p. Dissertação (Mestrado em Educação Especial). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/16383>. Acesso em: 05 ago. 2019.
- ALVES, R. A. **Ser surdo: o percurso (auto)biográfico das aprendizagens construídas na vida escolar e profissional**. 2016. 176 p. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar). Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/148788>. Acesso em: 10 ago. 2019.
- ANDRADE, A; ALENCAR, H. Políticas públicas, formação superior e atuação profissional: opções morais e éticas de surdos. **Atos de Pesquisa em Educação**. Blumenau, v. 10, n. 1, p. 53-79 jan./abr. 2015. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/4577/2936>. Acesso em: 07 ago. 2019.
- BARROS, B. M. **Inclusão e educação profissional: A acessibilidade no Instituto Federal do Amazonas, campus Maués e sua influência na educação do estudante surdo**. 2016. 76 p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2016. Disponível em: <https://tede.ufrrj.br/jspui/handle/jspui/2175>. Acesso em: 15 ago. 2019.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC9_1_2016.pdf. Acesso em: 01 ago. 2019.
- BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, República Federativa do Brasil: Poder Legislativo, Brasília, DF, 24 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em 15 ago. 2019.
- BRASIL. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. **Diário Oficial da União**, República Federativa do Brasil: Poder Legislativo, Brasília, DF, 02 set. 2010, Seção 1, n. 169, p.1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm. Acesso em 17 ago. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394. Brasília, 1996. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bases_2ed.pdf. Acesso em 08 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Aviso Circular nº 277, de 08 de maio de 1996.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/aviso_circular277.pdf. Acesso em: 23 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.679, de 2 de dezembro de 1999.** Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_1679.pdf. Acesso em: 21 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação.** Lei nº 10.172/2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>. Acesso 10 ago. 2019.

COIMBRA, T. R. **O tradutor intérprete de Libras:** percepções sobre a atuação no ensino superior na Universidade Federal do Maranhão – Cidade Dom Delgado. 2018. 74p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras - Libras). Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, São Luís, MA, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/187960>. Acesso em: 10 ago. 2019.

COSTA JUNIOR, E.R. **A modelação de uma política cooperativa na formação de estudantes surdos no Ensino Superior.** 2015. 149 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/8645>. Acesso em: 20 ago. 2019.

DAROQUE, S. C. **Alunos surdos no ensino superior:** uma discussão necessária. 2011. 92p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/188275>. Acesso em: 12 ago. 2019.

FREITAS, C. R. **A inclusão de alunos surdos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas:** e agora, o que fazer? 2019. 137 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Manaus, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/308>. Acesso em: 12 ago. 2019.

GATTI, B. A. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/i/ep/a/XBpXkMkBSsbBCrCLWjzyWyB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 ago. 2019.

GOMES, C. R.; SILVA, J. P. da; SOUZA, R. de C. S. Educação inclusiva de estudantes surdos na Universidade Federal de Sergipe. **Revista Docência do Ensino Superior**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 61-76, 11 jul. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rdes/article/view/2390>. Acesso em: 15 ago. 2019.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro, 2012.

INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2017**. Brasília, INEP, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 10 ago. 2019.

HENKLEIN, R. **Educação bilíngue para surdos no ensino superior**: Acesso à informação no Sistema de Bibliotecas da UFPR. Artigo apresentado como requisito parcial à Conclusão do Curso (Licenciatura em Letras Libras). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/60600>. Acesso em: 21 ago. 2019.

KREBS, J. R. **O protagonismo da gestão educacional na efetivação da inclusão de estudantes surdos nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia**. 2017. 184p. Dissertação. (Mestrado Profissional em Gestão Educacional). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.iesuita.org.br/handle/UNISINOS/6015>. Acesso em: 03 ago. 2019.

LEITE, L. **Mecanismos de avaliação da aprendizagem de aluno surdo no ensino superior no âmbito da linguística aplicada**. 2018. 186 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/23767>. Acesso em: 28 ago. 2019.

LIMA, J. C. **Estratégias de ensino para acadêmicos surdos na educação superior**. 2018. 114p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Santa Maria, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/190163>. Acesso em: 01 set. 2019.

MACHADO, D.; NUNES, D. G.; TEZZA, M. M. **Glossário técnico na língua brasileira de sinais – Libras**. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Departamento Regional de Santa Catarina. Brasília: SENAI/DN, 2012. 109 p. Disponível em: https://sc.senai.br/sites/default/files/inline-files/glossario_tecnico_libras_eletromecanica_final.pdf. Acesso em: 08 set. 2019.

MANENTE, M. V.; RODRIGUES, O. M. P. R.; PALAMIN, M. E. G. Deficientes auditivos e escolaridade: fatores diferenciais que possibilitam o acesso ao ensino superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 13, n. 1, p. 27-42, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/B3q6wWMmr7dHVznxf53LdZv/abstract/?lang=pt>. Acesso em 14 set. 2019.

MARTINS, S.; NAPOLITANO, C. Inclusão, acessibilidade e permanência: direitos de estudantes surdos à educação superior. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 33, n. especial 3, p. 107-126, dez. 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/i/er/a/wyfhXhGzM5dyxfPCSXq8Vph/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 set. 2019.

MESQUITA, L. S. Políticas públicas de inclusão: o acesso da pessoa surda ao ensino superior. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 255- 273, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/i/edreal/a/RhTc89SFtdyzDT5yy5xQYwh/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 07 set. 2019.

MOURA, A. F. **Acesso ao ensino superior**: a expectativa do aluno surdo do ensino médio. 2016. 107 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento de Aprendizagem). Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/136338>. Acesso em: 10 set. 2019.

NUNES,S; SAIA,A; SILVA, L; MIMESSI, S. Surdez e educação: escolas inclusivas e/ ou bilíngues? **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educação**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 537-545, set./ dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/i/pee/a/GK4bQcHj8pW5h6XnXkBpHDs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2019.

PAGNEZ, K. S; SOFIATO, C. G. O estado da arte de pesquisas sobre a educação de surdos no Brasil de 2007 a 2011. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 52, p. 229-256, abr./jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/i/er/a/vfqPDgmZZ3KWnpG8xWVb4XG/abstract/?lang=pt> Acesso em: 10 ago. 2019.

PEREIRA FILHO, T.; ALBUQUERQUE, A. R. **Glossário de termos técnicos em Libras**: eletrotécnica. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Brasília: SENAI/DN, 2011. 45 p. Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/19367.pdf>. Acesso em: 06 set. 2019.

RODRIGUES CARDOSO, V. **Terminografia da Língua Brasileira de Sinais**: glossário de nutrição. 2017. 132 p. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução). Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/31522>. Acesso em: 12 set. 2019.

RODRIGUES, I. M. **A (in)visibilidade da cultura surda no contexto escolar do Centro Territorial de Educação Profissional Piemonte do Paraguaçu I de Itaberaba-Bahia**. 2018. 134 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2018. Disponível em: <http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/695>. Acesso em: 07 set. 2019.

SENAI. **Método de adequação de curso para inclusão da pessoa com deficiência**. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Brasília: SENAI/DN, 2015. 172 p. Disponível em: https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/d1/93/d193514d-1cdf-44d3-a734-59c24159c743/metodo.pdf. Acesso em: 27 ago. 2019.

SENAI. **Glossário técnico na língua brasileira de sinais - Libras: Eletricista, instalador residencial** / Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Departamento Regional de Santa Catarina. Brasília: SENAI/DN, 2015. 116 p. Disponível em: https://sc.senai.br/sites/default/files/inline-files/Glossario%20tecnico%20-%20Eletricista_instalador_residencial.pdf. Acesso em: 28 ago. 2019.

SENAI. **Glossário de Termos Técnicos em Libras – Curso Técnico em Informática**. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial: Programa SENAI de Ações Inclusivas, FIEMA – São Luís, 2016. 192 p. Disponível em: https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/8c/ce/8cce6ea9-8493-44ad-a8df-3ac2fffba8ae/glossario_de_termos_tecnicos_em_libras_-_informatica_senai.pdf. Acesso em: 29 ago. 2019.

SENAI. **Glossário de termos técnicos, equipamentos e ferramentas utilizados em eletricidade**. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Departamento Nacional. Brasília, 2009. 59 p. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2016/8/glossario-de-termos-tecnicos-equipamentos-e-ferramentas-utilizados-em-eletricidade-libras/>. Acesso em: 12 set. 2019.

SILVA, I. M.; DORE, R. A evasão de estudantes com deficiência na rede federal de educação profissional em Minas Gerais. **Revista Educação Especial**, UFSM, Santa Maria, v. 29, n. 54, p. 203-214, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/19152>. Acesso em: 22 ago. 2019.

SILVA, V. **A luta dos surdos pelo direito à educação e ao trabalho**: relato de uma vivência político-pedagógica na escola Técnica Federal de Santa Catarina. 2001. 157 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/79610>. Acesso em: 17 ago. 2019.

SOUZA, L. C. **Recomendações para cursos on-line em Língua Portuguesa com foco na integração de alunos surdos**. 2015. 404 p. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MGSS-9XEPEK>. Acesso em: 10 set. 2019.

URBAN, J. R. **Metodologia SENAI de Educação Profissional - MSEP**: construção de cenários para o ensino de surdos. 2018. 127 p. Dissertação (Mestrado em ensino de Ciência e Tecnologia), Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2018. Disponível em: https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/3805/1/PG_PPGECT_M_Urban%2C%20Juliane%20Retko_2018.pdf. Acesso em: 06 ago. 2019.

STREIECHEN, E. M. **Um estudante bilíngue, uma mãe surda e a escola: percurso de encontros, desencontros e contradições**. 2018. 259 p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2722>. Acesso em: 20 set. 2019.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 01 set. 2019.

UNESCO. **Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca: Unesco, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 01 set. 2019.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação Superior no século XXI: visão e ação**. Paris, UNESCO, 1998. Disponível em: <http://www.nepp-dh.ufri.br/onu12-2.html>. Acesso em: 17 ago. 2019.

Recebido: 7 mar. 2022

Aprovado: 5 jul. 2022

DOI: 10.3895/rtr.v7n0.12769

Como Citar: FERREIRA, R. de C. C. Estudantes surdos no ensino técnico e superior: uma análise da produção bibliográfica no Brasil entre 2015 e 2019. **Revista Transmutare**, Curitiba, v. 7, e12769, p. 1-21, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Rita de Cássia Cunha Ferreira

ferreirarcc@gmail.com

Direito Autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

